

Mulheres em fardas policiais militares no Rio de Janeiro

Tatiana dos Santos Araújo

Mestranda e graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio.

araujotatisantos@gmail.com

Resumo

Para entender o ingresso das mulheres na Polícia Militar, tomaram-se como parâmetro estudos sobre sua inserção nas Forças Armadas, visto o perfil militar da polícia brasileira. Esses estudos indicam vários fatores que embasam a aprovação da participação feminina nas forças militares, respeitadas as condições específicas de cada país e das conjunturas históricas. Através de uma investigação histórica, foi possível entender a necessidade da Polícia Militar de desvincular a sua imagem da ditadura militar. Concomitantemente, a presença da mulher no mercado de trabalho se expandiu, devido a sua maior escolaridade e capacitação, fazendo com que a Polícia Militar visualizasse na figura da mulher a possibilidade de conferir à instituição uma aparência mais humana e democrática. Com a discussão sobre gênero, procurou-se entender como se dão as desigualdades e diferenciações enfrentadas pela policial feminina. Por fim, em relação ao futuro da policial militar, percebeu-se que mesmo dentro de uma instituição tão rígida como a Polícia Militar é possível encontrar espaços de negociação, que por sua vez apontam novos caminhos.

Palavras-Chave

Mulheres. Gênero. Polícia Militar. Devir. Revoluções Moleculares.

INTRODUÇÃO

A entrada das mulheres nas polícias militares se deu pela intersecção de fatores institucionais e sociais. O processo de democratização pela qual passava a sociedade brasileira acabou se refletindo na instituição militar, cuja imagem encontrava-se diretamente ligada ao período ditatorial. Simultaneamente, o aumento da escolaridade da mulher e a abertura de novos postos de trabalho embasaram as reivindicações dos movimentos feministas em relação à maior presença das mulheres no mercado de trabalho.

Assim, a Polícia Militar (PM) recebeu as mulheres a fim de melhorar a “imagem” da instituição na sociedade, entendendo que elas poderiam trazer uma representação mais humanizada e democrática. Enquanto isso, a mulher conseguia uma oportunidade de emprego público, portanto, de estabilidade profissional.

Na Polícia Militar do Rio de Janeiro a primeira turma de mulheres foi recebida em 1982. Desde então, a policial feminina tem desenvolvido eficientemente as funções que lhe são confiadas, mas ainda sofre restrições implícitas a determinadas atividades, devido às expectativas e características pautadas em determinações sociais quanto ao gênero feminino. Porém, a sua presença já deixa marcas distintas dentro do ambiente da caserna, e se apresenta como possibilidade de uma nova forma de exercício da atividade policial.

Ainda não é possível saber se a Polícia Militar efetuará as mudanças em sua organização e em seu *modus operandi*. Também não se pode afirmar que um maior número de policiais femininas no comando das áreas mais importantes da instituição possa melhorar o seu funcionamento interno, e com o restante da

sociedade. Ao fim do trabalho propõe-se que a policial feminina seja o movimento molecular capaz de construir o “devir policial feminino”. Um devir que traga uma nova forma de realizar o exercício policial. Em que novas configurações e experiências sejam criadas e tragam as transformações que se fazem necessárias dentro da instituição policial. A questão é se ela está disposta a assumir tal virtualidade, e se a instituição policial militar permitirá tais mudanças. Essas respostas só o tempo será capaz de dar.

METODOLOGIA

O tema deste artigo esteve inicialmente ligado a um projeto chamado EveryDay Maneuvers, desenvolvido no Christian Michelsen Institute da Noruega (CHR), que a pesquisadora passou a integrar desde janeiro de 2015 com orientação da professora Maria Celina D’Araújo. O referido projeto tem o intuito de compreender as formas como os militares estão interligados e como interagem com a sociedade em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Para a pesquisa monográfica o título escolhido foi “Mulheres em Fardas Policiais Militares no Rio de Janeiro”.

O objetivo deste trabalho foi investigar o papel das mulheres na Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), com levantamento entre janeiro e outubro de 2015 na PMERJ, em três etapas: levantamento e revisão de bibliografia, cinco entrevistas individuais e um grupo de discussão com policiais oficiais e soldados femininas, além de 39 questionários com policiais masculinos e femininos de diferentes faixas etárias, graduações e patentes.

Também foi utilizada a pesquisa que a Secretaria Nacional de Segurança Pública publicou em 2013 com o título **Mulheres na Segurança Pública** (BRASIL, 2013). A investigação sobre a presença de mulheres nas Instituições de Segurança Pública foi realizada entre outubro de 2011 e março de 2012, sendo composta por três etapas: levantamento e revisão de bibliografia, entrevistas individuais e grupos de discussão e pesquisa quantitativa com mulheres das polícias civis (PC), polícias militares (PM), polícias científicas/institutos de perícias criminais (PCI), corpos de bombeiros (CBM) e gestoras de políticas públicas de todo o país, além de dados fornecidos pela PMERJ.

Para entender o ingresso das mulheres na Polícia Militar, tomamos como parâmetro trabalhos brasileiros sobre sua inserção nas Forças Armadas, visto o perfil militar da polícia brasileira, como a obra de Bárbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci (2005), **Mulheres policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro, os textos de Márcia Esteves Calazans (2004), **Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã**, e Sônia Carvalho (1990), **Casa-Caserna**: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares. Ademais, contribuíram para a análise discussões do tema em outros países, nos artigos de Helena Carreiras (Portugal, França, Espanha e Itália), Mady Segal (Reino Unido) e Fabrizio Batistelli (Itália). Esses estudos dão conta de vários fatores que seriam constitutivos da aprovação da participação feminina nas forças militares, respeitadas as condições específicas de cada país e das conjunturas históricas.

Para o Brasil, foi determinante uma investigação histórica sobre a Polícia Militar e o processo de democratização, que teve como base estudos de autores como Carlos Fico, Jorge Luiz Bengochea e Maria Celina d'Araujo. Ademais, com o intuito de embasar análises sobre as discriminações e dificuldades enfrentadas pelas militares dentro da instituição policial, utilizaram-se estudos feministas de importantes autoras como Simone Beavouir, Joan Scott, Nancy Fraser e Susan Moller Okin, além de outros importantes autores que contribuíram para o entendimento da dicotomia público (masculino) e privado (feminino), como Pierre Bourdieu e Hannah Arendt.

MULHERES E POLÍCIA MILITAR: UM ENCONTRO ENTRE DOIS MUNDOS

A Polícia Militar

A Polícia Militar é uma das mais antigas instituições do Brasil. Foi criada no Rio de Janeiro em maio de 1809, logo após a chegada da família real ao Brasil, com o nome de Divisão Militar da Guarda Real da Corte. A partir do século XX, várias legislações criaram similaridades das forças estaduais de segurança presentes nos estados brasileiros às Forças Armadas, principalmente no que dizia respeito aos princípios de disciplina e hierarquia. Essa aproximação começou a criar uma imprecisão dos termos “segurança pública” e “ordem interna”.

Para a literatura especializada, quando falamos de segurança pública estamos falando da segurança que deve ser propiciada, pelo Estado, ao cidadão em seu dia a dia. De outra parte, a expressão ordem interna remete à defesa contra ameaças à democracia ou à soberania nacional, e está referenciada, portanto, à defesa do Estado. (D'ARAÚJO, 2010, p. 239).

Segundo D'Araujo, a indiferenciação e confusão terminológica desses dois termos se tornaram mais acentuadas no período ditatorial (1964-1985), quando a expressão “segurança nacional” começou a ser usada como instrumento de intimidação e repressão política, e foi associada à Polícia Militar. Foi neste período também que as polícias militares começaram a incorporar privilégios corporativos e a perder autonomia.

Polícia e ditadura militar

Na ditadura militar do Brasil, as Polícias Militar e Civil, as três Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), bombeiros e mesmo policiais femininas foram agentes de uma atividade que alguns autores denominam “polícia política”, responsável por episódios de torturas, desaparecimentos e extermínios. Essa polícia política atuou com grande independência operacional, a fim de não prejudicar a eficácia de suas operações, mas essa independência não deve ser confundida por autonomia operacional, visto que estes agentes estavam diretamente subordinados aos oficiais gerais do sistema de informações (FICO, 2004).

Redemocratização

Com a redemocratização, o fim da ditadura militar e o advento da Constituição Federal de 1988, direitos individuais que haviam sido constantemente violados durante o regime militar foram restabelecidos. Os direitos à vida, liberdade e integridade pessoal foram reconhecidos, e a tortura e a discriminação racial, consideradas crimes. Tais eventos provocaram nas instituições públicas, inclusive nas corporações militares, questionamentos sobre qual seria a

sua função dentro de um Estado Democrático de Direito. Seria necessário romper com o modelo policial totalmente vinculado à ditadura militar, devido às transformações em andamento na sociedade brasileira, pautadas em práticas democráticas e no fortalecimento da cidadania. As mudanças necessárias à Polícia Militar passariam por alguns eixos:

Primeiro, por mudanças nas políticas de qualificação profissional, por um programa de modernização e por processos de mudanças estruturais e culturais que discutam questões centrais para a polícia: as relações com a comunidade, contemplando a espacialidade das cidades; a mediação de conflitos do cotidiano como o principal papel de sua atuação; e o instrumental técnico e valorativo do uso da força e da arma de fogo. São eixos fundamentais na revisão da função da polícia. (BENGOCHEA et al., 2004, p. 119).

Mulheres, movimento feminista e mercado de trabalho

O movimento social feminista foi um dos que resistiram ao regime militar. O avanço das conquistas femininas teve consequências como a redução da taxa de fecundidade e o aumento do nível de instrução da mulher. Unido a isso, um processo acelerado de industrialização e urbanização contribuiu para o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e para a elevação da sua renda. Ademais, estudos sobre mercado de trabalho e gênero, como o de Lavinias (2001), confirmam o acréscimo do número de mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1980.

Este melhor desempenho feminino em termos de ocupação pode ser atribuído à remuneração

inferior das trabalhadoras, ao seu nível de escolaridade mais elevado ou à dimensão de gênero que imputa às mulheres habilidades e atributos que são demandados pelos novos postos de trabalho, ou por atividades antigas que os homens entendiam como “femininas” e se negavam a exercer.

Mulheres na Polícia Militar brasileira

Helena Carreiras (2002, p. 12) explicita em um de seus trabalhos como se constituem os fatores para aprovação da participação feminina nas Forças Armadas, e que foram utilizados na presente análise sobre a Polícia Militar devido às suas características militares:

Genericamente, podem identificar-se dois tipos fundamentais de fatores que se articulam para explicar, em cada caso, os ritmos e características do recrutamento feminino, bem como a definição e implementação de políticas: por um lado, fatores de tipo societal e cultural enquadram o processo e em boa medida criaram as condições que o tornaram possível. Referimo-nos à transformação do modelo de participação social e política das mulheres, à sua entrada no mercado de trabalho e às pressões democráticas no sentido de valores igualitários e maior equidade; por outro lado, com uma influência bastante discreta, transformações no seio da própria organização militar, decorrentes de mudanças tecnológicas, inversão do ratio entre funções de apoio e de combate, fragmentação e especialização ocupacional, fim dos exércitos de massa, constituição de forças voluntárias, profissionalização e redução dos contingentes e ainda transformação das relações de força no plano internacional. Todas estas mudanças determinaram a necessidade de pessoal mais qualificado e sublinharam a dependência da instituição militar face à sociedade em que se insere.

No caso do Brasil, e especificamente, da Polícia Militar, entre os fatores sociais podemos elencar a participação feminina no mercado de trabalho. “Quanto maior a representação feminina no mercado de trabalho, maior sua representação nas Forças Armadas” (SEGAL, 1999), e assim, pode-se supor, na Polícia Militar também. O processo de introdução da mulher na economia formal operou profundas mudanças nos valores e atitudes das mulheres nas mais diversas áreas de trabalho, inclusive no serviço militar.

O fator militar explica a entrada das mulheres na Polícia Militar, coincidindo com um momento em que a instituição policial buscava configurações condizentes com a realidade da sociedade brasileira e precisava rever sua relação com a ditadura militar. As características atribuídas ao gênero feminino, como calma, profissionalismo e mediação, seriam condizentes com o novo perfil “humanizado” pretendido ao policial.

A ausência de problematização das concepções de segurança pública, atividade policial e inserção feminina nos quadros da Polícia Militar permite formar-se, no imaginário dos gestores de segurança pública e da população em geral, a crença de que as mulheres são mais democráticas, menos violentas no exercício do policiamento ostensivo. Assim, à medida que surgem novas concepções de segurança pública, levando a alterações nas ações de polícia (por meio de políticas preventivas, como o policiamento comunitário), associadas à crescente feminização do mercado de trabalho, esse imaginário permite supor-se haver um “novo” lugar para as policiais femininas. (Calazans, 2004, p. 145).

Com exceção do estado de São Paulo, que instituiu o seu corpo feminino na Guarda Civil

em 1955, as demais PMs iniciaram a criação dos seus quadros femininos no final dos anos 1970 e, principalmente, no início de 1980. A princípio, as mulheres ingressaram na PM para realizar atividades em que o corpo masculino, cuja característica estava mais voltada para a repressão, exibia dificuldades, como o trato com crianças abandonadas ou com mulheres e adolescentes infratores. Ademais, exercendo tais funções, as mulheres “liberariam” os homens para atividades de combate à criminalidade urbana.

As mulheres na Polícia Militar do Rio de Janeiro

Em 18 de setembro de 1982 foi formada a primeira turma de mulheres soldados da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ). A turma foi composta por 153 mulheres, preparadas durante um período de seis meses, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), por militares masculinos, para integrar a Companhia de Polícia Militar Feminina, cuja criação se deu por meio da Lei Estadual nº 746, de 11 de novembro de 1981.

Segue um trecho do discurso proferido no dia da formatura da primeira turma de soldados femininas da PMERJ, pelo então governador do Rio de Janeiro, Chagas Freitas:

Poucos estados têm o seu corpo feminino na Polícia Militar (PM). Nós estamos no primeiro escalão dos que tiveram essa iniciativa. / Com a participação feminina em seus quadros, a PM segue a modernização desejada. É a mulher participando de uma atividade social e comunitária da maior importância: a segurança pública. / Onde chegar a mão feminina, chegarão também o carinho e a ternura, devolvendo a esperança à população. Vão resolver

**Quadro 1 – Ano de ingresso de mulheres nas Polícias Militares
Brasil, 2013**

| Unidade Federativa | Ano de Ingresso das Mulheres |
|--------------------|------------------------------|
| AC | 1985 |
| AL | 1988 |
| AM | 1982 |
| AP | 1989 |
| BA | Sem informação |
| CE | 1994 |
| DF | 1983 |
| ES | 1983 |
| GO | 1986 |
| MA | 1982 |
| MG | 1982 |
| MS | Sem informação |
| MT | Sem informação |
| PA | Sem informação |
| PB | 1987 |
| PE | 1993 |
| PI | Sem informação |
| PR | 1978 |
| RJ | 1982 |
| RN | 1987 |
| RO | Sem informação |
| RR | 2000 |
| RS | 1986 |
| SC | 1983 |
| SE | Sem informação |
| SP | 1959 |
| TO | 1986 |

Fonte: Brasil (2013).

muitas situações; vão causar alegria. / Ainda há pouco, um jornalista me perguntava se eu acho que mudou a imagem da PM no meu governo. Eu disse que não mudou. A imagem da PM nunca deixou de ser magnífica diante da população. A cidade é que mudou. As condições mudaram. A PM continua sempre a mesma, sempre digna, sempre cumpridora de seus deveres, sempre esforçada, sempre servindo de exemplo. (DISCURSO, 1982).

A Companhia de Polícia Militar Feminina já nascia diferenciada das outras unidades da PMERJ. Entre estas diferenças estava a configuração de seu quadro hierárquico, que limitava a ascensão das militares até o posto de capitão. Quanto às funções, estavam restritas ao policiamento de trânsito, no trato com mulheres e menores e em terminais marítimos, ferroviários, aeroviários e rodoviários.

De acordo com informações fornecidas pela PMERJ, a corporação hoje é formada por 47.236 policiais, sendo 4.308 mulheres, ou seja, as mulheres constituem 9,1% do efetivo total. O seu acesso é limitado a 10% das vagas para qualquer concurso de admissão (praças ou oficiais). No concurso mais recente para soldados (2014), foram 35,94 candidatas que concorriam por uma vaga, dado que indica a grande procura das mulheres por uma oportunidade na instituição.

Entre as policiais que responderam ao questionário desta pesquisa, a maior parte (em torno de 2.400) encontra-se em atividades análogas à operacional e 67% estão cursando ou já cursaram nível superior. Entre as oficiais entrevistadas, algumas possuem pós-graduação. Tal resultado comprova a informação de que

as mulheres integrantes dos quadros policiais, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, possuem alta escolaridade.

Apesar de os policiais (de ambos os sexos) tentarem descrever o ambiente institucional como um lugar cujas oportunidades são iguais, e que não há diferenciação de tratamento por gênero, uma observação mais atenta é capaz de identificar condutas naturalizadas que se opõem ao discurso de igualdade de gênero. Consta-se que condutas e ideologias culturais que impõem aos gêneros características inatas acabam penetrando o ambiente institucional e atribuindo determinadas atividades, funções e comportamentos à figura do e da policial militar. Por isso, apesar de alguns policiais (de ambos os sexos) afirmarem que não seja importante, a discussão sobre gênero na instituição policial militar urge.

A distribuição das mulheres na PMERJ, por atividade, pode ser expressa conforme o Gráfico 1.

GÊNERO TAMBÉM É ASSUNTO DE POLICIAL

Gênero e poder

Uma das teorias utilizadas como forma de significação, organização do mundo, de construção de identidades e de entendimento de formas de opressão e, portanto, de natureza relacional é o “gênero”, cujo pressuposto social se dá pelas diferenças que constituem homens e mulheres.

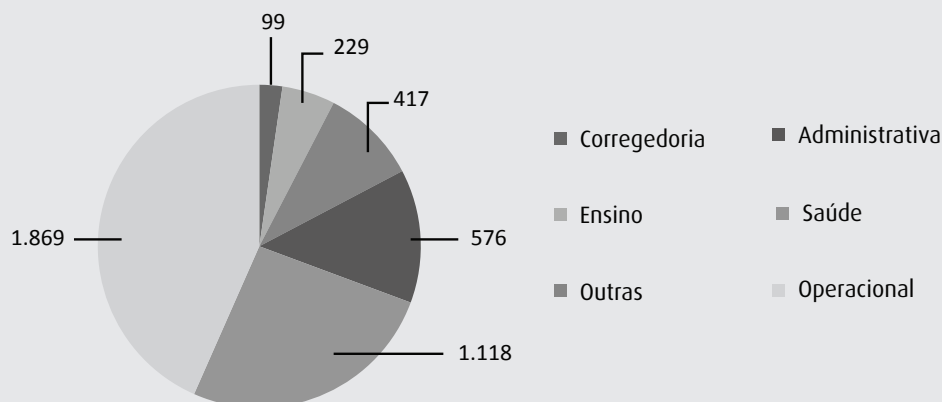
Por meio da categoria “gênero” pretende-se dispor da ideia de que o “mundo das mulheres” faz parte do “mundo dos homens”, está nele inserido e é criado por ele. Assim, o intui-

Tabela 1 - Número de policiais militares femininas, segundo patente ou graduação Estado do Rio de Janeiro, 2015

| Patente ou graduação | Número de policiais femininas |
|------------------------------------|-------------------------------|
| Soldado | 2161 |
| Cabo | 391 |
| Sargento | 433 |
| Subtenente | 350 |
| Total Praças | 3335 |
| Aspirante | 17 |
| Cadete (alunas oficiais) | 12 |
| Total (Aspirantes e Alunas) | 29 |
| Tenente | 80 |
| Capitão | 396 |
| Major | 223 |
| Tenente-Coronel | 41 |
| Coronel | 4 |
| Total (Oficiais) | 744 |

Fonte: PMERJ (2015).

Gráfico 1 - Distribuição das mulheres na PMERJ, por atividade Rio de Janeiro, 2015



Fonte: PMERJ (2015).

to é afastar justificativas biológicas, utilizadas como formas de subordinação que, de maneira simplista, partem do princípio de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior (SCOTT, 1995).

A ordem social, construída neste contexto de dominação masculina, alicerça diversos aspectos sociais, como a divisão social do trabalho, na qual são determinadas as atividades atribuídas a cada um dos sexos, seu local, seus instrumentos, ou seja, aquilo que é reservado aos homens (o público), enquanto a casa é reservada às mulheres (BOURDIEU, 2002). Ademais, a divisão entre masculino e feminino está além da diferenciação sexual, mas também num amplo sistema de oposições como razão/emoção, alto/baixo, público/privado, força/fraqueza, que não só classifica, mas também gera interpretações hierarquizadas, que determinam a posição dos indivíduos dentro da sociedade.

A Polícia Militar, com seus princípios de hierarquia e disciplina, assume uma mecânica de poder adjacente à estabelecida socialmente pela divisão de gêneros. Desde o treinamento de seus membros, a instituição investe em seus corpos técnicas de dominação, penetrando em sua vida cotidiana. A formação policial é feita por meio de procedimentos técnicos, que exercem um controle minucioso sobre os corpos, através de gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos, e por onde as relações de poder são construídas. Segundo Foucault (1979, p. 16),

O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo.

Todas as policiais entrevistadas comentaram a dificuldade do período de treinamento. Mesmo aquelas que já tinham alguma experiência disciplinar, descreveram o processo como algo sofrido, não só pelo esforço físico, mas também psicológico. Apesar de tanta dificuldade, a quantidade de mulheres que desistiu é mínima.

É... a primeira vez que eu dormi fora de casa foi tirando um serviço pela polícia, então foi uma realidade que se apresentou pra mim, que eu já entrei, mergulhei de cabeça nessa realidade e comprei essa ideia pra minha vida. Eu tinha um estilo de vida e mudei completamente o meu estilo de vida quando eu entrei pra polícia, eu adaptei toda a minha vida, como continuo adaptando até hoje a função de policial militar. Então, naquela época eu optei por ingressar diretamente no serviço público e fazer uma faculdade depois, mais tarde. Entrei direto com 17 anos, então a dificuldade vem em cima disso: de perder o convívio com os pais, a vida social, principalmente toda menina com 17 anos tá começando a conhecer, eu já fui logo pra me profissionalizar, me capacitar. E ser forjada realmente pro serviço militar, pra profissão de policial militar né, porque não é só ser policial, lá a gente é preparado para ser militar. Então tem toda uma rotina de provas, de treinamentos, de adaptação mesmo aquele meio e que só se consegue com isso: com uma privação certa de liberdade. A gente vivia praticamente a semana inteira dentro daquele ritmo de militarismo, de estudo, de concentração e de foco. Então a dificuldade era em cima disso e não em cima dos aspectos profissionais, até porque eu sempre gostei muito, sempre estudei, sempre me debrucei em cima dessa área, era o que eu realmente queria, então não era difícil porque eu estava certa da

minha escolha, difícil mesmo foi só abandonar uma realidade e entrar em outra e de cabeça né, com tão pouca idade, tão pouco madura. (Oficial Feminina).

A instituição militar determina a continuidade de suas posturas a partir da própria formação dos novos integrantes. Nela, o indivíduo começa a construir a sua identidade como militar, o que se pode entender como uma categoria desprovida de gênero. Mas, ao contrário, já neste momento, é possível perceber as primeiras diferenciações entre o militar masculino e a feminina.

O estudo de Sônia Carvalho sobre as mulheres militares do Centro de Aplicações Táticas e Recompentamento de Equipagens/base naval (Catre – Parnamirim/RN) identificou a construção do indivíduo militar (masculino e feminino) e as relações sociais esperadas entre eles. Diferentemente do que ocorre com o homem, que assume integralmente a posição de “homem militar”, inclusive em suas relações privadas, o papel feminino continua sendo predecessor à posição de “mulher militar”. Sua figura continua sendo associada a todas as características impostas culturalmente à mulher, independentemente de ter se tornado uma “mulher militar”. O resultado disso é o tratamento paternalista destinado às mulheres, reforçando o seu lugar de mais fraca, daquela que precisa de proteção e cuidado, mas principalmente, a relação privilegiada de poder do homem dentro da instituição. “Portanto, esse tratamento mais delicado é um mecanismo de relação de poder porque revela a proteção do mais forte ao mais fraco, do dominante sobre o dominado” (CARVALHO, 1990, p. 146).

Do mesmo modo, a determinação cultural orienta a teoria “neoinstitucionalista sociológica” estudada por Hall e Taylor (2003), de acordo com a qual não só regras, procedimentos e normas formais delimitam a ação humana dentro das instituições, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais. Dessa forma, haveria um rompimento da dicotomia “instituição” e “cultura”, operando uma interpenetração entre estas duas vertentes.

Fem, o substantivo adjetivado

Assim que entrou na corporação, além de conhecer suas funções complementares ao “sujeito” masculino, a mulher recebeu um nome: “fem”. Este nome marcaria não apenas o seu sexo, mas a forma como é percebida dentro da instituição. Hoje o termo “fem” é um substantivo adjetivado. “Fem” é o termo usado para nomear as policiais femininas. Mas não é apenas um nome. Ele está impregnado de significado. Demarca a posição da mulher dentro da instituição policial, que algumas vezes pode ser considerada privilegiada, e outras, subalterna. Algumas vezes inserida, outras preterida. Em momentos, funciona como um recurso jocoso e inferiorizante utilizado entre os policiais masculinos: “Pára de reclamar, tá parecendo uma ‘fem’!”.

É interessante perceber a dificuldade que algumas policiais têm para perceber o quão discriminatória é esta denominação. Quando responderam ao quanto há discriminação, todas disseram que nunca se sentiram discriminadas. Porém, todas as entrevistadas relataram alguma situação em que o substantivo “fem” foi designado de forma discriminatória. Isso comprova a maneira “naturalizada” com que

muitas vezes as discriminações de gênero são encaradas. E algumas afirmaram que nem de sejam pensar sobre isso. Uma oficial afirmou que alguns policiais masculinos classificam a policial feminina como “quase homens” ou uma classe “entre as mulheres e os policiais militares masculinos”.

Assédio por ser mulher ou discriminação... eu sei que existe, mas da minha parte eu não posso dizer que sofri não. A gente tem muitas brincadeiras. Brincadeiras são normais, aquela coisa de fem, masculino, que fem não faz aquilo outro, masculino faz, quando a gente faz alguma coisa errada, a pessoa brinca: ‘Ah, só podia ser fem!’. Tem algumas pessoas que ficam hiper chateadas com a brincadeira, como eu levo tudo muito natural, e as pessoas sabem disso, tem a tendência de brincar mais comigo. Eu geralmente não me estresso, eu até brinco: ‘Pô, fiz isso porque eu sou fem, né? Dá licença...’. Tento levar mais na esportiva. Mas tem algumas pessoas que não gostam. Tem uma... como eu posso dizer... alguém cometeu um erro, não vou mentir que existe aquela situação, se o masculino comete um erro: ‘Poxa, errou’, a mulher às vezes comete o mesmo erro: ‘Poxa, tinha que...’, como se fosse a mulher dirigindo: ‘Aposto, que é mulher!’. Meu marido dirigindo. ‘Mas como você sabe que é mulher?’ Aí, ele passa: ‘Num falei!’. Quando é homem ou um velhinho, ele não fala nada, ele arquiva, eu fico assim olhando, eu fico assim: ‘Gente, que população machista!’. Então, não é a polícia que é machista, é a sociedade em si que é machista, né? Até a gente conseguir mudar esse contexto histórico todo, eu acho que ainda vai demorar um pouquinho. (Oficial Feminina).

Segundo Battistelli (1999), sempre houve a preocupação de excluir as “suas” mulheres das atividades bélicas, e incluir as mulheres “dos outros”. A ligação do sexo feminino à maternidade impõe uma tutela não só psicológico-social, mas também patrimonial em relação à mulher:

A mulher era poupada do papel de combatente, mas não de vítima; não era aceita como companheira de armas, mas era procurada como presa. Mais do qualquer outro fenômeno ou situação, a qualidade de mulher-presa pode revelar, com meridiana clareza, a concepção ancestral do macho em guerra. Para ele, a mulher (arrancada do inimigo, violada, escravizada) é um prêmio com uma importância crucial em si mesma (pela gratificação que pode proporcionar), mas também, e até, sobretudo, pelas evidentes implicações sociais que a sua posse representa fora e dentro do grupo. (Battistelli, 1999, p. 48).

Apesar da tentativa de excluir as mulheres do ambiente combativo, Carreiras (2002) evidencia que em períodos de guerras, com carência de efetivos, há a necessidade de “alargar a base social de recrutamento”. As mulheres constituiriam uma reserva de força de trabalho e, portanto, o processo de recrutamento de mulheres teria uma natureza bastante pragmática e instrumental.

Esta primazia da necessidade militar também é um ponto determinante elencado por Segal (1999) para possibilitar o envolvimento das mulheres na vida militar, do mesmo modo que valores culturais que promovem a igualdade de gêneros proporcionam a sua permanência em países que não estão sob ameaça. A invisibilidade das mulheres em contextos de guerra também é uma afirmativa da autora:

O que tem acontecido no passado em muitos países é que, sempre que as forças armadas precisam de mulheres, evoca-se a sua história militar anterior para demonstrar que estas conseguem desempenhar tarefas com eficácia em diversos cargos. Existe, no entanto, um processo de amnésia cultural relativo ao contributo das mulheres em situações de emergência. (Segal, 1999, p. 21).

Mas esta abertura à presença feminina não caracterizaria uma transição do estatuto auxiliar à integração plena ou a expansão de funções e oportunidades de carreira das mulheres militares, principalmente por se tratar de uma profissão, ainda, predominantemente masculina, com elevado grau de segregação sexual.

O lugar da policial feminina

A instituição policial não se preparou para receber as mulheres. Muitos batalhões não tinham banheiro, vestiário, equipamento de segurança ou uniformes adaptados ao corpo feminino (situação encontrada ainda hoje). Muitos se negavam a recebê-las porque diziam que não tinham onde colocá-las, nem sabiam o que fazer com elas (SOARES; MUSUMECI, 2005).

A expectativa da polícia? Bom, a entrada da mulher na polícia ela é recente. Posso dizer que ela é nova, ela não tem muitos anos, tem muitos aspectos que a polícia precisa se adaptar né? Por exemplo: uma situação que é uma coisa básica que a gente às vezes deixa passar que é o nosso colete... o colete feminino é o mesmo, colete feminino e masculino, não existe distinção, é o mesmo pra todo mundo e a gente sabe que a mulher tem formas diferentes, tem o busto... aí quando a gente coloca dá aquele incômodo... A gente pensa: 'Poxa, falta lugar, não tem lugar pra colocar, pra ajeitar as coisas

que tem que ser ajeitadas (risos)..'. Mas eu acho que, aos poucos, estão sendo amoldadas entendeu? Estão vendo a situação de alojamento, já previram a situação de um uniforme feminino que era uma situação que não tinha na polícia, que a entrada da mulher na polícia foi em 82 ou 83. (Oficial Feminina).

Tal constatação parece fortalecer a explicação de que a inserção das mulheres no ambiente policial militar se deu mais com o intuito de adquirir uma legitimação social, do que o de transformar os procedimentos policiais em processos mais eficientes. Até porque a figura feminina, no sentido do combate, não está diretamente ligada à eficácia, sendo esse atributo masculino.

A maioria das discussões sobre a participação militar das mulheres, ou sobre os papéis e funções que devem desempenhar, têm sido equacionadas em termos da oposição entre cidadania e eficácia militar. Nestes debates, os valores democráticos da igualdade e não discriminação são invocados em oposição aos da necessidade e prontidão militares, dois conjuntos de valores considerados incompatíveis, como se a opção por um deles significasse automaticamente a negação do outro. Um discurso majoritariamente oriundo da sociedade civil sobre igualdade de direitos é confrontado com um discurso majoritariamente oriundo no universo militar sobre eficácia militar e segurança nacional. Supostamente, aceitar um deles implicaria negar os pressupostos rivais do outro. (CARREIRAS, 2013, p. 481).

Além disso, o governador Chagas Freitas, na formatura da primeira turma de soldados femininas, afirmou que não havia o que mudar na instituição policial, que era “magnífi-

ca diante da população”. Colaborando com a ideia de legitimação, os neoinstitucionalistas sustentam que “as organizações adotam com frequência novas práticas institucionais por razões que têm menos a ver com o aumento da sua eficiência do que com o reforço que oferece à sua legitimidade social a de seus adeptos” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 211).

O ponto sobre a “eficácia militar” também pode pesar contra a presença feminina. Carreiras (1997) explica que, frequentemente, a ideia de que as mulheres deverão ser protegidas da violência do combate em virtude de seu papel de mães e responsáveis pela sobrevivência da espécie, acaba por reafirmar a hipótese de que os militares ficam mais vulneráveis à ação de inimigos com a presença feminina no local do confronto. Segundo alguns policiais, a preocupação com a policial feminina poderia deixá-los mais desprotegidos.

Desde sua entrada na PMERJ, sempre ficou claro o lugar que a policial feminina iria ocupar, e esta era uma posição acessória, cabendo sempre à necessidade estratégica da instituição policial o aproveitamento, dispensa ou realocação do serviço feminino. Enquanto isso, a figura da “fem” continua à mercê de propriedades absolutamente subjetivas que julgam particularmente suas ações ou as colocam atreladas ao que, “naturalmente”, seriam características do sexo feminino.

Entre a casa e a caserna

Outro fator que restringe o acesso das mulheres a determinadas funções diz respeito à responsabilidade que ainda é imposta à mulher como cuidadora do bem-estar de sua família. Segundo Nancy Fraser (2015), um dos gran-

des desafios do feminismo não deveria ser se preocupar com que as mulheres assumissem posições de poder e privilégio dentro das hierarquias sociais, mas sim superá-las:

Para isso, é necessário desafiar as fontes estruturais da dominação de gênero na sociedade capitalista – acima de tudo, a divisão institucionalizada de dois tipos de atividades supostamente distintos: de um lado, o chamado trabalho de “produção”, historicamente assalariado e associado aos homens; de outro, as tarefas ligadas ao “cuidado”, historicamente não remuneradas e ainda realizadas sobretudo por mulheres. (FRASER, 2015)

Além disso, a relação entre as instituições militar e familiar é conflituosa, visto a exigência de disponibilidade e o risco do serviço militar, em contraposição, e concomitantemente, à esperada estabilidade do núcleo familiar. E, mesmo com as mudanças que sofreram estas duas instituições nas últimas décadas, elas ainda continuam exigindo um padrão de participação social específico ao gênero do e da militar.

Então, tirando essa questão da visível, a contribuição que ela (policial feminina) pode nos dar, em termos organizacionais, em termos de capacidade, competência, e a mulher já vem com uma organização dentro dela, porque ela tem duas, três jornadas por dia, ela cuida da casa, do filho e trabalha fora, então se ela não se organizar ela tá morta, né, então já traz uma organização dentro dela que se ela emprestar à instituição é excelente, então, é um ser humano diferente. O homem é muito bagunceiro, espaçoso, acha que, infelizmente, é mais homem que os outros, tem umas coisas que envolvem a cabeça do homem que é uma competição, uma coisa meio que eles chamam de

ethos do guerreiro, que a mulher não absorve muito essa questão, ela é mais mediadora por natureza, porque ela media o tempo todo, ela tá com filho, ela tá com o marido, ela tem, ela tá ali né, de um lado e de outro. E ela vai trabalhar, ela não pode ser negligente com a casa, nem com o filho, senão ela vai ser punida, de alguma forma ela vai ser punida, e ela pode sofrer sanções que vão repercutir na vida toda dela. Então, olha, você vai trabalhar fora, quer trabalhar fora, o marido quer que ela trabalhe fora, mas se ela negligenciar a educação dos filhos ou da casa, a punição é implacável. A sociedade pune, a família pune, o marido pune, todo mundo pune, então o ser humano já vem aperfeiçoado em razão da própria, das funções atávicas que ela traz. (Oficial Masculino).

Tanto a Polícia Militar como a família, diferentemente de outras instituições, impõem um elevado nível de exigências em termos de lealdade, tempo e energia, dificultando a possibilidade dos indivíduos de conciliarem diferentes tipos de atividades e papéis sociais. E, embora a família imponha exigências a todos os seus membros, ela é particularmente mais exigente com as mulheres.

Embora já seja possível perceber algumas alterações no padrão das relações conjugais, com maior participação dos homens nas tarefas de casa e no cuidado com os filhos, provocando uma maior pressão sobre os homens, estudos sobre trabalho feminino continuam a afirmar a existência de formas de segregação das mulheres nos vários patamares da estrutura do mercado de trabalho, que se exprimem, entre outros aspectos, pela sua exclusão de certos tipos de ocupações ou posições que exigem

uma dedicação inconciliável com as obrigações familiares e o cuidado dos filhos, e até uma menor remuneração quando elas ocupam as mesmas atividades que os homens.

As exigências colocadas pela Polícia Militar, como a instabilidade de horários em certas funções, o risco de ferimento e morte, colidem com responsabilidades da vida familiar e da maternidade que são impostas às mulheres, tornando particularmente complexa e difícil a conciliação entre ambas as funções. Tais dificuldades, apesar de não serem exclusivas das mulheres, afetam-nas muito mais, são muitas vezes perversas e restritivas, e influenciam decisivamente as suas estratégias e opções de carreira, como se a escolha de ser uma boa profissional excluísse, obrigatoriamente, a sua possibilidade de participar satisfatoriamente do ambiente familiar.

Até mesmo quando está dentro do quartel, realizando suas atividades policiais, a sua figura materna, de dona de casa, não se desvincula de sua imagem, nem aquilo que é esperado dela, como os “bons modos”, a “postura”, a fim de não comprometer o “respeito” que está a ela associado. Pode-se lembrar o depoimento do Oficial Masculino quando diz: “A casa tá bem mais arrumada”, ao se referir ao trabalho de uma Comandante Feminina, e todas as qualidades “femininas” vinculadas a ela.

A percepção é de que a mulher saiu da casa, mas a casa não saiu da mulher. E essa parece ser uma luta contínua de toda trabalhadora brasileira, especialmente a que aqui se apresenta: a policial feminina. Os quartéis, batalhões e unidades parecem funcionar como uma continuidade de sua casa.

A própria instituição parece tentar forjar essa percepção ao se autodenominar “Família Azul”, e assim trazer aos membros da polícia a ideia de coesão e união entendidas como características familiares. Dentro de um contexto social que apresenta um sentimento de desconfiança mútua entre sociedade e Polícia Militar, a instituição policial criou mais um mecanismo que visa produzir entre os seus membros um senso de pertencimento e solidariedade como estratégia de autoproteção.

Assim como o ambiente familiar tradicional, a instituição policial também elege hierarquia e disciplina como princípios norteadores, a autoridade e a coerção são meios para garantir a cooperação, ao passo que a desigualdade constitui a situação predominante. Nas duas instituições, cada membro sabe a sua posição e as regras advindas deste posicionamento.

Deste modo, a policial militar feminina continua no interior, no doméstico, fora do comunitário, do público, do que Hannah Arendt (2007) chama de “o lugar da política”. O público aparece como lugar dos iguais, do debate, das grandes discussões e decisões, mas a policial feminina continua fora desse espaço, ainda submersa em suas atividades cotidianas.

A feminista Susan Moller Okin (2008) também elabora essa dicotomia entre público (masculino) e privado (feminino) em sua análise:

Em segundo lugar, mesmo no interior da dicotomia público/doméstico, permanece uma ambiguidade, resultando diretamente das práticas e teorias patriarcais do passado, que tem sérias consequências práticas – especialmente para as mulheres. A divisão do traba-

lho entre os sexos tem sido fundamental para essa dicotomia desde seus princípios teóricos. Os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução. As mulheres têm sido vistas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família. (OKIN, 2008, p. 307-308).

Portanto, na instituição policial militar, assim como em outros contextos laborais, o acesso das mulheres ao trabalho continua atrelado aos papéis e às relações que elas exercem e desempenham em suas vidas privadas e domésticas. Algo exterior às suas vidas. Enquanto o acesso dos homens é algo absolutamente naturalizado e imperativo, inerente à sua vida pessoal.

Ao contrário dos homens, as possibilidades de satisfação das mulheres, além dos imperativos externos próprios ao “mundo do trabalho”, são mediadas também por condições internas à família. Se a figura da esposa que apenas cuida dos filhos e da casa vem se dissipando como fato, embora persista com forte referência do imaginário social, e o trânsito entre o trabalho remunerado e as atividades domésticas cotidianas é um dado para a maioria das mulheres, o fato é que o domicílio e a família permanecem como espaço de produção material e de produção simbólica da vida cotidiana. E as mulheres continuam ocupando o lugar de responsáveis por essa produção, num mundo marcado pelo ingresso no trabalho pago e pelas exigências de sua contribuição financeira para a família. (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 19-20).

INÍCIO DE MUDANÇAS?

Os jogos de linguagem

Não restam dúvidas da grande pressão social e institucional a que estão sujeitas as policiais militares femininas. Também não há incertezas quanto às restrições e responsabilidades impostas a estas profissionais devido ao seu gênero. “Quer viver como um homem e como uma mulher ao mesmo tempo: com isso multiplica seus trabalhos e fadigas” (BEAUVOIR, 1970, p. 454). Apesar de já ter conseguido algumas conquistas profissionais, a mulher ainda não conseguiu libertar-se plenamente das obrigações que lhe são impostas pelas tradições.

Mas mesmo a instituição policial tendo características militares e, portanto, rígidas; as policiais militares terem sido treinadas a partir de princípios de hierarquia e disciplina, e de ocuparem posições inferiores em relação à maior parte dos policiais masculinos, ainda é possível observar pequenos espaços de negociação, abertos principalmente pela comprovada eficiência das policiais militares nas atividades que lhes são designadas, e pela constante movimentação social em prol de igualdade. Além disso, tais espaços de negociação poderiam desestabilizar e transformar a instituição e os vínculos previamente constituídos.

Lyotard (1988), em sua obra **O Pós-Moderno**, expõe que a posição dos indivíduos dentro das instituições nunca está isolada. Segundo ele, os indivíduos estão sempre inseridos em relações complexas e móveis. Mesmo os mais desfavorecidos, os que são privados de poder, são atravessados pelo que o autor designa “jogos de linguagem”, acompanhando estudos anteriores feitos por Wittgenstein sobre o tema.

Os jogos de linguagem, que o autor comparou a um jogo de xadrez, seriam os vários enunciados que possuem propriedades especificadas por regras e que determinam o modo conveniente de utilizá-los. Suas regras são legitimadas por “contratos” explícitos ou implícitos entre os indivíduos que fazem parte deste “jogo”. Sem regras, não há jogo. Qualquer modificação das regras modifica a natureza do jogo. Todo enunciado deve ser considerado como um “lance” feito no jogo, e se esse lance não satisfaz as regras, não pertence ao jogo definido por elas.

Ao ser atravessado pelos enunciados do jogo, os indivíduos são reposicionados, ora como agentes dos lances, ora como aqueles que sofrerão a ação, sempre dentro dos limites, mesmo sendo eles instáveis, visto que podem ser reajustados e regulados a fim de melhorar sua eficácia. Afinal, uma instituição que pretende lutar contra a sua entropia pode e deve encorajar a novidade de um lance não esperado, e efetuar os deslocamentos que podem melhorar o desempenho da instituição, mesmo sendo ela uma instituição militar.

Foucault (1979) também alerta sobre as múltiplas relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social, inclusive as instituições, e como estas relações de poder se associam e funcionam a partir da produção, acumulação, circulação e funcionamento dos discursos. Nesse sentido, o princípio de poder de Foucault muito dialoga com o conceito de enunciado de Lyotard. Foucault afirma que o poder / discurso não é um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo, grupo ou classe sobre outro, não é algo que se possa dividir entre aqueles

que o possuem e os que não possuem e são submetidos a ele. Segundo ele, o poder passa através do indivíduo que ele constituiu:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, com algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte e consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Para Foucault, “onde há poder, há resistência”. As lutas podem ser influenciadas por discursos advindos do exterior da instituição, visto que não há propriamente o lugar de resistência, mas pontes móveis e transitórias que se distribuem por toda a estrutura social. Porém, não podem ser feitas de fora, mas de dentro da própria rede do poder. Estas lutas, mais do que afrontamentos e relações de força, são estratégias. Elas não passam, fundamentalmente, pelos níveis de normas ou violências, não são basicamente contratuais ou repressivas, mas sim disputas que elegem novos discursos, novos enunciados, “escapes” de um saber até então legitimado.

O dever e o molecular da Policial Feminina

Mesmo que a Polícia Militar do Rio de Janeiro continue a subestimar a presença feminina dentro de seus quadros, o movimento das mulheres na instituição aparentemente não vai retroagir. Mesmo que a instituição continue tentando afastar a policial feminina de suas

decisões mais importantes, o lance já terá sido feito, o dado já terá sido lançado, e não haverá como voltar atrás. Mesmo que ainda não seja possível perceber claramente, que não lhe sejam dadas as devidas atenções, a policial feminina já terá efetuado as transformações moleculares que estão em curso dentro da caserna. A fim de embasar estas afirmações, colocam-se as contribuições primorosas de Gilles Deleuze.

A filosofia deleuziana afirma a potência da diferença, do singular, do menor, do micro e “marginal” (no sentido daquele que não está no centro). Daquilo que escapa à identidade e à semelhança, porém não uma diferença mediatizada pela representação, mas sim a diferença em seu pleno gozo. “Tirar a diferença de seu estado de maldição parece ser, assim, a tarefa da filosofia da diferença” (DELEUZE, 1988, p. 39). Distintamente do que é construído como representativo de diferenças dentro da instituição militar, e da tentativa de homogeneização criteriosa que a instituição tenta impor, a figura da policial feminina tem se mostrado dentro e fora da instituição uma diferença conciliadora, agregadora e eficaz.

E neste sentido, distancia-se da ideia que consagra a “natureza”, a “essência” do que sejam características atribuídas ao gênero, como combatido durante todo este trabalho monográfico, com a aproximação de uma nova forma de experimentação da profissão policial. Uma forma diferenciada, algo que pode vir a ser, análoga ao modelo que a instituição tem construído durante todos os seus anos de existência.

Em Deleuze, são derrubadas todas as dicotomias: sujeito e objeto, uno e múltiplo, mes-

mo e outro, há uma constante multiplicidade de “devir”, e só há o devir. Nada há além do devir. O devir é sempre o que está entre dois termos, entre dois pontos. Há sempre uma implicação entre ser, devir e imanência. Imanência significando que não há nada além das aparências, não há essências formais, a vida em si. E vida não como algo que já foi dado, mas que seja inventado e reinventado, uma imanência absoluta (VASCONCELLOS, 2005).

A categoria policial feminina encontra-se no devir. No caminho entre o policial masculino e o devir mulher. Um devir que se estende e se retrai a cada intervenção da instituição militar, mas que está longe das essências e anda próxima à aparência, e que, quando se apresenta, mostra novas formas de “polícia”, e traz intuições distintas sobre sua própria apresentação.

Valendo-se da desconstrução do entendimento equivocado sobre gênero, valorizando suas diferenças, utilizando a excelência e eficiência na execução de suas atividades, e dentro dos limites que lhes são determinados, algumas policiais militares dão os primeiros passos na elaboração de novos enunciados e discursos sobre a sua presença dentro da estrutura molar da instituição policial. Tal percepção foi confirmada pela pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Segurança.

Segundo os policiais entrevistados na PMERJ, dentro da instituição, a policial consegue gerir recursos humanos e materiais de uma forma diferente, mostrando que são possíveis novos agenciamentos e maneiras de agir sem abalar a eficácia das tarefas. E quanto ao ambiente externo, na sociedade civil,

alguns exemplos foram colocados como específicos da policial feminina, e que aqui se classificam como próprios do devir policial feminino, como a menor proporção de policiais femininas ligadas a casos de corrupção, a dedicação profissional, a melhor capacidade de aproximação, atendimento e acolhimento da população.

Assim, as singularidades não são mais vistas como fatores estranhos à estrutura institucional, mas sim atributos para a constituição de um novo olhar possível. As singularidades inventam novos agenciamentos, novos processos de subjetivação.

Apesar de não ter sido a questão da pesquisa, em algumas entrevistas foi observado o interesse das policiais militares quanto à implementação de uma polícia mais aproximativa, e menos combativa. Neste caso, esta seria uma nova prática policial, que se tornaria possível através de revoluções moleculares, dentro de uma gigantesca estrutura tradicional como a Polícia Militar, na qual a policial poderia ser agente, inventando novas sensibilidades, tecnologias e inteligências, cujo fim seria a efetiva transformação da instituição policial militar. Mas, como todo devir, ele precisa do comportamento do próprio sujeito / agente da ação, no caso, as policiais militares, para ser efetivado.

Não é possível encerrar com uma certeza, mas há uma esperança: de que as policiais femininas consigam realizar o seu “devir policial feminino” dentro da instituição militar, realizem as revoluções moleculares necessárias, tragam novos discursos, proponham novos enunciados,

**Tabela 2 – Participação dos respondentes, segundo resposta à questão “Quando uma mulher ocupa uma função de chefia, ela necessariamente possui”
Brasil, 2013**

| Resposta | % |
|---|-------------|
| Maior formação acadêmica do que os homens | 38,1 |
| Maior capacidade de delegar tarefas do que os homens | 30,1 |
| Maior assertividade do que os homens | 28,0 |
| Maior capacidade de compreender as necessidades de seus subordinados | 44,1 |
| Menor formação acadêmica do que os homens | 0,8 |
| Menor capacidade de delegar tarefas do que os homens | 2,6 |
| Menor assertividade do que os homens | 2,4 |
| Menor capacidade de compreender as necessidades de seus subordinados | 3,3 |
| Outros atributos | 29,8 |

Fonte: Brasil (2013).

mostrem novas heterotopias, reivindiquem mais lances dentro do jogo, que já havia começado há 33 anos, quando elas entraram na instituição, mas que ainda está longe de ter ganhadores.

CONCLUSÃO

Apesar de a entrada das mulheres na Polícia Militar do Rio de Janeiro ter acontecido por motivos relevantes para a instituição e para a mulher, ela não foi motivada pela necessidade da instituição de melhorar a sua eficácia, mas sim de conseguir legitimidade diante de uma sociedade em pleno processo de redemocratização. O que a instituição

pretendia, na verdade, era melhorar a sua imagem institucional, que estava atrelada à repressão do período ditatorial.

Apesar de terem encontrado nas casernas as mesmas imposições sociais que lhes são impostas fora da instituição, as mulheres têm conseguido desempenhar com maestria as suas atividades. Conseguem fazê-las de maneira eficiente e diferenciada. Dentro dos quartéis é possível perceber a diferenciação das tarefas realizadas pela policial feminina, pelo cuidado e preocupação que elas têm em relação aos membros da corporação.

A investigação sobre a presença da mulher na Polícia Militar do Rio de Janeiro trouxe a certeza de que a policial feminina acrescenta à instituição uma nova possibilidade. A eminência de uma nova Polícia Militar, um devir, uma nova maneira de agir e de estar em relação aos seus comandados e a toda a sociedade. Uma polícia que não só a sociedade deseja, mas da qual necessita. A Polícia Militar precisa deste “devir” que a policial feminina agrega em si mais do que teima em não querer imaginar.

A pesquisa mostrou também que, mesmo estando em desvantagem em número nos postos superiores ou decisórios da corporação, a policial feminina se destaca nas atividades que executa, apesar de se concentrar em funções administrativas ou menos relevantes dentro da instituição.

Ademais, as policiais já esboçam movimentações de reivindicações de melhores condições e de reconhecimento pelo seu trabalho (dado esse ainda não encontrado na literatura sobre o tema).

Novos estudos se tornam necessários para investigar se a instituição militar pretende investir nesta possibilidade, e se é intenção da policial feminina ser protagonista na implementação de uma nova postura da Polícia Militar do Rio de Janeiro. A atual situação da PMERJ e do estado do Rio de Janeiro não tem mostrado soluções diferentes daquelas apresentadas durante décadas na gestão de segurança pública do estado. Ao que parece, as mudanças que poderiam ser vislumbradas com o “devir da policial feminina” proposto neste trabalho ainda está longe de ser uma realidade.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-75.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- BATTISTELLI, Fabrizio. As mulheres e o militar: entre antigas dificuldades e novas potencialidades. **Revista Nação e Defesa**, n. 88, 2. série, p. 45-70, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1970.
- BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.18, n. 1, p. 119-131, 2004.
- BOURDIER, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Küner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). **Mulheres nas instituições de segurança pública**: estudo técnico nacional. Brasília, DF: MJ, 2013.
- CALAZANS, Marcia Esteves. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.
- CARREIRAS, Helena. Família, maternidade e profissão militar. **Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, p. 69-81, 1997.
- CARREIRAS, Helena. **Mulheres em armas**: a participação militar feminina na Europa do Sul. Lisboa: Cosmos, 2002.
- CARREIRAS, Helena. Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate. **Revista Militar**, n. 5, p. 477-495, 2013.
- CARVALHO, Sônia. **Casa-Caserna**: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares. 152 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, 1990.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Militares, **Democracia e desenvolvimento**: Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi, Roberto Machado. Lisboa: Relógio d'Água, 1988.
- DISCURSO do governador Chagas Freitas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 set. 1982.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRASER, Nancy. **Um feminismo em que “romper barreiras” não rompe com a exploração**. Brasília: Universidade Livre Feminista, 9 nov. 2015. Disponível em: <<http://feminismo.org.br/entrevista-com-nancy-fraser-um-feminismo-em-que-romper-barreiras-nao-rompe-com-a-exploracao/>>. Acesso em: 16 fev. 2017.
- HALL, P.; TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-223, 2003.
- LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil**: inflexões de gênero e diferenciais femininos. Brasília, DF: 2001. p. 1-24. (Repositório Ipea, n. 826).
- LYOTARD, Jean François. **O pós-moderno**. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.
- SEGAL, Mady. Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada: Passado, Presente e Futuro. **Revista Nação e Defesa**, n. 88, 2. série, p. 15-43, 1999.
- SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- VASCONCELLOS, Jorge. A ontologia do devir de Gilles Deleuze. **Revista de Filosofia**, v. 2, n. 4, p. 137-167, 2005.

Mulheres em fardas policiais militares no Rio de Janeiro

Tatiana dos Santos Araújo

Resumen

Mujeres en uniformes policiales militares en Rio de Janeiro

Para entender la entrada de las mujeres en la policía militar, tomamos como parámetro estudios sobre la inserción de las mismas en las Fuerzas Armadas, visto el perfil militar de la policía brasileña. Esos estudios constatan varios factores que servirían como base para la aprobación de la participación femenina en las fuerzas militares, respetadas las condiciones específicas de cada país y de las coyunturas históricas. A través de una averiguación histórica, fue posible entender la necesidad que la Policía Militar tenía de desvincular su imagen de la dictadura militar. Concomitantemente, la presencia de la mujer en el mercado de trabajo se expandía, debido a que su mayor escolaridad y capacitación, haciendo con que la Policía Militar visualizase en la figura de la mujer aquella que podría traer la institución una apariencia más humana y democrática. Posteriormente, iniciamos la discusión sobre género para entender cómo ocurren las desigualdades y diferenciaciones por la cual la policial femenina pasa. Por fin, miramos hacia el porvenir de la policial dentro de la institución policial, intentando percibir qué incluso dentro de una institución tan rígida como la Policía Militar, es posible encontrar espacios de negociación que puedan señalar nuevos caminos.

Palabras clave: Mujeres. Género. Policía Militar. Devir. Revoluciones Moleculares.

Abstract

Women in military police uniforms in Rio de Janeiro

In order to understand the enrolment of women in the military police, we draw on studies about women that have joined the Armed Forces, given the military profile of the Brazilian police. These studies reveal a number of different factors underlying the approval of women's involvement in the armed forces, while recognizing the specific conditions of each country and the historical backgrounds. The historical investigation revealed the need for the Military Police to distance their image from the military dictatorship. Concomitantly, the presence of women in the workplace grew, due to their greater education and training, enabling the Military Police to see qualities of women that could provide the institution with a more human and democratic image. Subsequently, a discussion on gender ensues to better understand how inequalities and differences faced by women officers emerge. Lastly, the future of police officers within the police institution is examined in a bid to show that even in an institution as rigid as the Military Police, there is still room for negotiation which can indicate new paths ahead.

Keywords: Women. Gender. Military Police. Transformation. Molecular Revolutions.

Data de recebimento: 15/04/2016

Data de aprovação: 13/02/2017

